

## **REALISMO, FASCISMO E FUGA**

## **REALISM, FASCISM AND ESCAPE**

Saulo Pinto<sup>1</sup>

### **Resumo**

O artigo se propõe a discutir o fascismo como um poderoso mecanismo de interdição das linhas de fuga para fora do capitalismo. Para isso, busca-se pensar os problemas ideológicos do fascismo, considerando que ele não atua escondendo algo que está latente, mas sua política está manifesta quando distorce a explicação das consequências do capitalismo da causa decisiva para uma causa deslocada. Em seguida, busca-se refletir sobre o realismo do fascismo, em que sua existência, na verdade, é o que permite que as pessoas comuns possam experimentar o delírio como única maneira de viver o realismo do capitalismo. Por fim, pensa-se o “fascismo democrático” como uma variação da repetição do capitalismo.

**Palavras-chave:** Realismo. Fascismo. Linhas de fuga.

### **Abstract**

The article proposes to discuss fascism as a powerful mechanism for interdicting lines of flight outside capitalism. For this, we seek to think about the ideological problems of fascism, considering that it does not act by hiding something that is latent, but its policy is manifest when it distorts the explanation of the consequences of capitalism from the decisive cause to a displaced cause. Then, it seeks to reflect on the realism of fascism, in which its existence, in fact, is what allows ordinary people to experience delirium as the only way to live the realism of capitalism. Finally, “democratic fascism” is thought of as a variation of the repetition of capitalism.

**Keywords:** Realism. Fascism. Escape lines.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (2007). É especialista em Sociologia das Interpretações do Maranhão pela Universidade Estadual do Maranhão (2010), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Maranhão (2013) e doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2020). Exerceu o cargo de professor de Teoria Econômica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, entre 2008 e 2014. Desde 2014, é professor de Economia Política do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência intelectual nas áreas de Economia Política; História das Ideias Políticas, Econômicas e Sociais; Filosofia da Economia e Filosofia Política; Marxismo e Psicanálise, Filosofia e Teoria Social. Concentra-se na pesquisa dos seguintes temas: Estado e democracia, desigualdades e injustiças; Fascismo democrático e dominação social; Opressão social, ressentimento e ódio político; Capitalismo e formas de exploração econômica, dominação política e humilhação social; Fantasia, futuro e emancipação; Marxismo, psicanálise e imaginação política; Psicanálise, estranhamento e sexualidade; Economia das emoções e subjetividades; Economia do bem-estar e felicidade. É idealizador e coordenador do Laboratório de Imagem Política da UFMA.

## “O MAIS PROFUNDO É A PELE”

É incontornável pensar o fascismo a partir dos problemas ideológicos que são produzidos pela sua manifestação. A questão decisiva – que não pode ser simplesmente derivada de uma causa oculta – é que o fascismo que experimentamos hoje não esconde contradições latentes, mas podemos pensar que há uma similitude entre sua manifestação subjacente e à própria ordem das contradições. É da natureza propriamente explosiva do sistema capitalista, que é incapaz de garantir liberdade política e igualdade substantiva simultaneamente para todos, permitir que a “normalidade” seja moldada por um padrão permanente de instabilidades sociais ingovernáveis. A pergunta que sempre aparece diante do colapso é: qual a contradição latente ao sintoma que ainda não pode ser explicado? Talvez tenhamos aqui um certo fetichismo da relação entre aparência e essência, como se todos os fenômenos fossem apenas aparência de algo que ainda não está manifesto. Félix Guattari insiste que:

É fácil reduzir tudo às famosas contradições principais. É demasiado abstrato. É até mesmo um meio de defesa, um troço que ajuda a desenvolver *phantasias* de grupo, estruturas de desconhecimento, um troço de burocratas; se entrincheirar sempre atrás de alguma coisa que está sempre atrás, sempre em outro lugar, sempre mais importante e nunca ao alcance da intervenção imediata dos interessados (GUATTARI, 1981, p. 14, grifos do original).

Nesse sentido, pensar o fascismo hoje pressupõe considerar não apenas sua manifestação como derivação de algo, ou mesmo isolar sua forma desprovida do conteúdo social correspondente. Na verdade, a análise do fascismo exige a dialética do sistema e do subsistema das formas de poder e das formas ideológicas existentes. É por isso que a definição da culpa e a atribuição da responsabilidade pelo ato fascista colabora pouco – ou quase nada – para a compreensão dialética dos problemas ideológicos do fascismo. A mera identificação da culpa, por exemplo, produz um interdito político importante, já que teríamos uma impermeabilidade ideológica que nos impede de conhecer mais, ou seja, a causa é obliterada, pois a culpa está corporificada em um corpo político visível. Todavia, a responsabilidade política não pode ser alienada. Ela é condição necessária para que o próprio sistema (capitalista) e seu subsistema (fascista) possam ser reconhecidos e, portanto, combatidos. Slavoj Žižek complexifica a questão das contradições e o problema da culpa e da responsabilidade:

No âmbito da teoria, deparamos com uma inversão homóloga a propósito da problematização “desconstrutivista” da ideia da culpa e da responsabilidade

pessoal do sujeito. A ideia de um sujeito plenamente “responsável” por seus atos, em termos morais e criminais, claramente atende à necessidade ideológica de esconder a complexa trama, sempre já operante, dos pressupostos histórico-discursivos, que não apenas dão o contexto do ato praticado pelo sujeito, mas também definem de antemão as coordenadas de seu sentido: o sistema só pode funcionar se a causa de sua disfunção puder ser situada na “culpa” do sujeito responsável. Um dos lugares-comuns da crítica esquerdista à lei é que a atribuição da responsabilidade e da culpa pessoais nos exime da tarefa de investigar as circunstâncias concretas do ato em questão. Basta lembrar a prática da “maioria moral” de atribuir uma qualificação moral ao índice mais elevado de criminalidade constatado entre os afro-americanos (“tendências criminosas”, “insensibilidade moral” etc.); essa atribuição impossibilita qualquer análise das condições ideológicas, políticas e econômicas concretas dos afro-americanos (ŽIŽEK, 1996, p. 11).

No caso do fascismo, assume-se a posição de atribuição da culpa, que acaba funcionando como um mecanismo poderoso de deslocamento da disfunção do sistema dominante. O problema não seria o capitalismo norte-americano e seu apodrecimento sistêmico, mas a figuração da excentricidade repugnante de Trump e seu comportamento obsceno etc. O mesmo pode ser dito em relação a Bolsonaro, na fratura brasileira do fascismo global. A disfunção do sistema dominante – que aparece através dos subsistemas econômico, político, ideológico etc. – não pode ser explicada considerando apenas parte das contradições. É curioso pensar que, nos dois casos, o horror está na economia linguística (“excessiva”) utilizada e não nos termos políticos do projeto de poder. É fundamental que as contradições do próprio sistema sejam mobilizadas mediante o aparecimento ideológico dos seus subsistemas determinantes. É por isso que Félix Guattari diz que temos que ter uma “micropolítica que vise tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais”, pois pensar os problemas ideológicos do fascismo pressupõe considerar que “há uma política que se dirige tanto ao desejo do indivíduo quanto ao desejo que se manifesta no campo social” (GUATTARI, 1981, p. 174). A contradição principal é sempre aquela que aparece no campo de problematização da dialética do desejo e do campo social de tensões. Nada parece estar oculto, latente, pois “o mais profundo é a pele”.

Então, a questão da crise é retomada como uma dimensão importante dos problemas ideológicos. Adorno já havia tratado – e antecipado de maneira admirável – esse tipo de fenômeno social na categorização do “radicalismo de direita” como uma forma *ainda* permanente de captura fascista. Ele insiste no “fato de que os pressupostos sociais do fascismo ainda perduram”, apesar de sua não-continuidade na “forma imediatamente política” (ADORNO, 2020, p. 45). O fascismo – no sentido substancial – tem certa autonomia relativa diante dos interesses econômicos fundamentais. Não podemos dizer que o fascismo é uma modalidade de *reação política* prioritária utilizada pelas classes dominantes. Nesse caso, ele não é expressão direta de interesses latentes do

sistema de dominação social. É possível pensar o fascismo como um mecanismo de captura da energia subjetiva disponível e estrangulada. Podemos aqui elaborar uma homologia com uma importante equação de Gilles Deleuze, quando ele diz que “a contra-cultura reencontra hoje a ideia de que, se temos algo a dizer, não é em função de nosso desenvolvimento, qualquer que ele seja, mas em função e a partir de nosso subdesenvolvimento” (DELEUZE, 2019, p. 349), ou seja, caso queiramos falar do fascismo, temos que tratar de suas questões considerando não o desenvolvimento de uma ruptura com o sistema dominante, mas ele é, *grosso modo*, propriamente expressão do *subdesenvolvimento dominante* do sistema.

É próprio do capitalismo – como um fluxo ininterrupto de captura – ser um sistema de auto-expansão indefinido e indeterminado. Ele age mediante a própria colonização do *conteúdo latente* e do *conteúdo manifesto* dos objetos sociais. Assim, pela sua própria natureza que é o fundamento de suas contradições decisivas, o sistema capitalista precisa mover-se de maneira ininterrupta pelos campos econômico, político e simbólico, religando-os e confundindo-os. Como a crise substancial é o fundamento do seu metabolismo, o sistema precisa expandir seu funcionamento para que a crise seja temporalmente adiada. Marx descobriu o paradoxo imperativo do sistema capitalista. O paradoxo é que o sistema coloniza o tempo disponível das pessoas livres, ao mesmo tempo que está aprisionado pela necessidade de extorquir maior riqueza objetiva no menor tempo possível. Não é difícil imaginar o colapso derivado da esquizofrenia do tempo que atrofia à reprodução parasitária do capital em todas as suas manifestações possíveis. É assim que podemos pensar que a única maneira de sobrevivência é fugir do capitalismo. Gilles Deleuze elabora primariamente o problema:

Um sistema como o capitalismo foge por todos os lados, ele foge, e depois o capitalismo colmata, faz nós, faz liames para impedir que as fugas sejam muito numerosas. Um escândalo aqui, uma fuga de capitais ali etc. E há também fugas de um outro tipo: há as comunidades, há os marginais, os delinquentes, há os drogados, as fugas de drogados, há fugas de todo tipo, há fugas esquizofrênicas, há pessoas que fogem de maneira muito diferente. Nosso problema (nós não somos completamente estúpidos, não dizemos que isso será suficiente para fazer a revolução) é: dado um sistema que foge realmente por todos os lados e que, ao mesmo tempo não para de impedir, de reprimir ou de colmatar as fugas por todos os meios, como fazer para que essas fugas sejam simplesmente tentativas individuais ou pequenas comunidades, mas que elas formem verdadeiramente máquinas revolucionárias? (DELEUZE, 2019, p. 351).

Isto posto, podemos dizer que paradoxalmente o sistema capitalista “foge por todos os lados” e, ao mesmo tempo, funciona “para impedir que as fugas sejam muito numerosas”. A lógica

do protesto político não pode transcender os limites disponíveis de existência do sistema dominante. Com efeito, como estamos tratando o fascismo como expressão do *subdesenvolvimento dominante* do sistema, ele ocupa uma função política e ideológica indispensável que é a de impedir as fugas massivas dos enquadramentos institucionais do capitalismo. Vladimir Safatle acertadamente diz que “o fascismo oferece uma certa forma de liberdade”, através da “vampirização da revolta” (SAFATLE, 2018, p. 09), ou seja, o protesto político não é interdito, sufocado, mas ele é não apenas estimulado, como toda a energia subversiva é capturada ideologicamente pelo fascismo. A dialética da “colonização da revolta” está no fato de que o protesto político é abertamente estimulado, entretanto, seu *gozo* é canalizado – através de um processo de distorções fundamentais – para pontos não-decisivos no que diz respeito à organização do poder dominante. A causa *manifesta* do problema nunca aparece como próxima da causa *substancial*, mas ela precisa ser derivada de uma distorção que mobilize os afetos políticos numa direção que torne improdutivo o protesto político.

A problemática do protesto político é sempre definida em função da sua capacidade de impor um futuro que se distancie da forma de vida dominante. Assim, o problema ideológico decisivo hoje é que as alternativas ao capitalismo – fascismo ou “comunismo” – podem ser pensadas como variações de capitalismo. Nesse caso, o “fim do mundo” é dominante no horizonte de expectativas do imaginário compartilhado das pessoas comuns. Por outro lado, o pessimismo regressivo é insumo ideológico para que o fascismo apareça, ao mesmo tempo, como uma forma determinada de revolta ao capitalismo e – não mais como uma alternativa política transcendente – , propriamente, uma variação de capitalismo. Há algo mais violento e brutal do que pensar o “fim do mundo” no mundo existente que tenha apenas como horizonte-limite de expectativas o universo fascista-democrático?

O impasse está no fato de que a substância atualizada do fascismo coloniza a revolta, cujo objetivo é conter as linhas de fuga produzidas pelo capitalismo – que se tornam excentricidades e até identidades políticas e culturais –, mas que não podem ser universalizadas. A colonização da revolta doméstica a dimensão radical e subversiva do protesto político como resultado de uma falha estrutural na “normalidade” do sistema dominante. O fascismo entendido como um mecanismo ideológico que interdita a fuga do capitalismo, age imediatamente sobre o desejo individual. É nesse sentido que Slavoj Žižek sugere que “a ideologia é o oposto diametral da internalização da contingência externa: reside na externalização do resultado de uma necessidade interna” (ŽIŽEK, 1996, p. 10). Ao contrário de pensar o fascismo como uma força externa que corrompe a subjetividade isolada, é justamente no campo da colonização do desejo que ele

transforma toda “contingência externa” em “necessidade interna” através da realização do desejo individual. É a transformação do desejo em poder político.

Podemos dizer, nesse sentido, que o fascismo que temos hoje atua no nível molecular das estruturas de poder quando impede a abertura de “linhas de fugas” do sistema dominante. A realidade subjacente do capitalismo é a produção de um tipo de curto-circuito ingovernável, em que igualdade política e desigualdade substantiva constituem a “normalidade” do sistema dominante. Então, o aparecimento do fascismo como expressão do *subdesenvolvimento dominante* do sistema capitalista atua diretamente na contenção das linhas de fuga, mantendo em equilíbrio e temporalmente simultâneos, igualdade política e desigualitarismo substancial. O paradoxo é que toda realidade é constituída pela existência do espectro, que não apenas perturba como produz a destituição explosiva do funcionamento da “normalidade” do sistema dominante. Slavoj Žižek diz que:

[...] no fato de que não existe realidade sem o espectro, de que o círculo da realidade só pode ser fechado mediante um estranho suplemento espectral. Mas, por que não existe realidade sem o espectro? Lacan fornece uma resposta precisa a essa pergunta: (o que vivenciamos como) realidade não é a “própria coisa”, é sempre já simbolizado, constituído e estruturado por mecanismos simbólicos – e o problema reside no fato de que a simbolização, em última instância, sempre fracassa, jamais consegue “abarcá-la” inteiramente o real, sempre implica uma dívida simbólica não quitada, não redimida. *Esse real (a parte da realidade que permanece não simbolizada) retorna sob a forma de aparições espectrais*. Consequentemente, não se deve confundir “espectro” com “ficção simbólica”, com o fato de que a realidade em si tem a estrutura de uma ficção, por ser simbolicamente (ou, como dizem alguns sociólogos, “socialmente”) construída; as noções de espectro e ficção (simbólica) são co-dependentes em sua própria incompatibilidade (são “complementares”, no sentido da mecânica quântica). Dito de maneira simples, a realidade nunca é diretamente “ela mesma”; só se apresenta através de sua simbolização incompleta/falha. As aparições espectrais emergem justamente nessa lacuna que separa perenemente a realidade e o real, e em virtude da qual a realidade tem o caráter de uma ficção (simbólica): o espectro dá corpo àquilo que escapa à realidade (simbolicamente estruturada) (ŽIŽEK, 1996, p. 26, grifos do original).

O que Žižek realmente problematiza é que temos que considerar a realidade social como incompleta, ou seja, toda a equação da liberdade política está assentada na dissimulação que objetiva *normalizar* o desigualitarismo substancial. É justamente a permanência – e produção continuada – de assimetrias irreconciliáveis pelo sistema dominante – com seu poder político constituído – que permite que a ficção simbólica que estrutura a realidade seja assombrada pela existência/aparecimento do espectro colérico que representa o real existente. Não podemos esquecer que “as verdadeiras lutas são sempre lutas entre corpos e entre espectros” (SAFATLE, 2018, p. 09). Hegel chamava de “população” o sujeito que corporificava a revolta contra o poder

dominante. Marx, por sua vez, amplifica a noção hegeliana, nomeando o “proletariado” como o espectro capaz de assombrar à “normalidade” propriamente capitalista. No entanto, o espectro não é a noção imanente do proletariado, mas a condição explosiva da luta aberta contra o poder dominante que tem no proletariado apenas seu sintoma. Conforme Žižek sugere, o espectro dá corpo ao que efetivamente escapa à realidade. Isso permite que pensemos que toda realidade não é “toda”, mas algo precisa estar foracluído dela. Nesse caso, esse “conceito obriga-nos a admitir que não há luta de classes “na realidade”: a “luta de classes” nomeia o próprio antagonismo que impede a realidade (social) objetiva de se constituir como um todo fechado em si mesmo” (ŽIŽEK, 1996, P. 27). É por isso que temos que pensar a micropolítica do fascismo considerando o religamento dos problemas do poder e da dominação do sistema capitalista.

O fascismo hoje é justamente a nomeação da operação de captura política das linhas de fuga para fora do capitalismo, bem como produz um tipo de ambiguidade à democracia liberal. Não parece razoável pensar o fascismo do nosso tempo como uma ofensiva contra a democracia. A hipótese que tomamos é que o fascismo – interpretação antecipada por Adorno – age por dentro da democracia, mobilizando *por distorção* o ressentimento recalcado legítimo das pessoas comuns – dominadas, exploradas, humilhadas – contra o sistema dominante. Žižek diz que o fascismo mobiliza o “desejo popular autêntico” (ŽIŽEK, 2006, p. 27) para os fins diretamente reacionários da exploração capitalista. Diante de uma situação de insegurança generalizada, em que o “horizonte de expectativas” é de névoa – e não de cegueira como geralmente se pensa –, o medo aparece como o insumo político decisivo para a mobilização do ressentimento recalcado. Anselm Jappe salienta que o “ressentimento” é “uma atitude intimamente ligada ao narcisismo” (JAPPE, 2021, p. 83). O narcisismo, assim como o fetichismo, resulta de uma dominação social determinada que se sustenta no nada, no vazio, na destituição de todo conteúdo substantivo das formas sociais concretas. A aparente radicalidade do fascismo, grosso modo, é apenas expressão de um poderoso mecanismo de deslocamento das causas decisivas para causas deslocadas. Talvez esse deslocamento do fascismo – não apenas ideológico, mas em termos de poder propriamente dito –, seja absolutamente necessário para pensá-lo como um fenômeno social que atua interditando as linhas de fuga para fora do sistema capitalista.

O paradoxo é que o ressentimento recalcado – insumo da mobilização fascista – se articula num alinhamento de indeterminação significativa. Sabe-se que as consequências sociais do capitalismo são repugnantes e podem ser definidas pela repetição. Para o sistema dominante, é necessário criar mecanismos de poder que impeçam que o ressentimento recalcado possa ser transformado em revolta política contra o capitalismo. É por isso que há a necessidade de deslocamento da causa

primordial – o capitalismo propriamente dito e sua dinâmica cega de exploração – para causas deslocadas – os judeus, as mulheres, os imigrantes etc. – que possam explicar *por distorção* as próprias consequências do capitalismo. Nesse sentido, o fascismo não pode ser traduzido como um fim em si mesmo. Ele executa funções determinadas ao funcionamento do sistema em crise permanente de legitimidade, ou seja, é indispensável que ele interdite o protesto político e sabote todas as linhas de fuga para fora do capitalismo. O fascismo que temos hoje é a *repetição* do capitalismo realmente existente por outros (e todos os) meios.

## REALISMO, FASCISMO E MOBILIZAÇÃO DO DESEJO

Não é incomum que tratemos o fascismo como algum tipo de delírio, irracionalismo ou mesmo paranoia subjetiva isolada. Com essa perspectiva, tendemos a desqualificar o fascismo como fenômeno social de longa duração e impede que possamos percebê-lo como processo político de organização do poder dominante. Trata-se de um erro com enormes consequências políticas e ideológicas. Novamente, é um deslocamento amargo de retorno do reprimido, quando buscamos traduzir o fascismo como a dimensão propriamente delirante da “normalidade” capitalista. Esse é um ponto pouco explorado pelo pensamento crítico, mas com consequências políticas decisivas. Gilles Deleuze elabora uma posição muito importante sobre o curto-circuito entre “normalidade” e delírio no capitalismo:

No fundo de toda razão, o delírio, a deriva. Tudo é irracional no capitalismo, exceto o capital ou o capitalismo. Um mecanismo da bolsa é perfeitamente racional, podemos compreendê-lo, apreendê-lo, os capitalistas sabem servir-se dele, e, no entanto, é completamente delirante, é demente [...] há algo que nunca foi suficientemente notado n’O Capital de Marx: até que ponto está ele fascinado pelos mecanismos capitalistas, precisamente por serem simultaneamente dementes e funcionarem bem (DELEUZE, 2019, p. 331).

Ou seja, o segredo da máquina capitalista é que os processos instituídos por ela são “simultaneamente dementes” e, ao mesmo tempo, definidos por “funcionarem bem”. É essa aparente confusão que produz uma percepção subjetiva que antagoniza “normalidade” e delírio. A democracia liberal oligárquica poderia ser tratada como exemplo típico da “normalidade” inquestionável dentro do capitalismo? Ou quando consideramos o subsistema econômico que é marcado pela abstração do dinheiro e da competição egóica de sujeitos marcados pelo individualismo possessivo, teríamos aqui a “normalidade” subjacente do sistema capitalista? Não é



necessário muito esforço para constatar que ambos – dinheiro e competição – são estruturas sociais de demência, embora funcionem de maneira impressionante na lógica de repetição do sistema. Não há profundidade – algo além da aparência imediata – que precisa ser descoberta para que possamos perceber que são mecanismos objetivos realistas. O paradoxo do sistema capitalista é que ele, ao mesmo tempo, articula demência e realismo.

Dito isto, o fascismo que aqui estamos considerando é uma forma de organização política que objetiva interditar as linhas de fuga do capitalismo. Caso tenha sentido essa hipótese, não podemos traduzir o fascismo como um sistema social delirante, irracional etc., o que não significa que o fascismo não possa mobilizar ideologicamente dispositivos – simbólicos, discursivos, estéticos etc. – que sejam delirantes e irracionais. O aspecto decisivo aqui é pensar que o fascismo não é substancialmente um subsistema delirante. Precisamos pensá-lo como uma forma de organização do poder político, cujo objetivo é garantir a continuidade e, sobretudo, a repetição do sistema capitalista dominante. Entretanto, essa posição estratégica não oblitera outras funções conjunturais que o fascismo possa exercer no funcionamento do sistema como um todo. No lugar do psicologismo obtuso, temos que pensar o fascismo na sua relação imanente com o sistema dominante. Adorno apresenta um vigoroso comentário sobre os “sistemas totalitários” que, de alguma maneira, podem ser transportados para pensar o fascismo de hoje:

A impiedosa dominação dos interesses do eu, ampliados em um sistema totalitário, libera uma espécie de racionalidade muito mais superior a seus oponentes na escolha dos meios, e cega apenas para os fins. A psicologia totalitária // reflete o primado de uma realidade social que produz seres humanos já tão insanos quanto ela própria. A insanidade, entretanto, consiste em que os seres humanos aprisionados funcionam apenas como agentes de uma realidade todo poderosa; em que sua psicologia configura tão somente estações de parada dessa tendência da realidade. O fato de que possa surgir um sistema delirante [*Wahnsystem*] a partir da doutrina das próprias leis sociais objetivas não deve seduzir ninguém a recair em um psicologismo, que se contenta com a fachada social e, além disso, nem sequer é satisfatório psicologicamente. Não há nenhuma “neurose política”, embora deformações psíquicas influenciem o comportamento político, mas não explicam totalmente as deformações deste último. Tal comportamento fundamenta-se menos na “questão pelo sentido da vida” – uma diluição bem abstrata do que impulsiona propriamente os homens – do que em necessidades extremamente concretas, tal como o desemprego tecnológico, as divergências entre o estado dos meios de produção e da propriedade de matérias-primas em países individuais, e a onipresente impossibilidade econômica de dirigir a vida através de sua própria força, uma impossibilidade que, com uma “racionalidade” diabólica, impele os indivíduos aos movimentos heterônomos de grupo (ADORNO, 2015, p.196, grifos do original).

A psicologia das pessoas comuns “configura tão somente estações de parada dessa tendência da realidade”, insana, pavorosa, repugnante. O “sistema delirante” funciona como uma forma de organização política do poder específica do sistema dominante, cujo objetivo é impedir a proliferação ampla das linhas de fuga. Adorno insiste na ideia básica de que as “deformações políticas” têm influência imediata sobre o “comportamento político” regressivo, mas – e essa é a questão decisiva salientada –, não são as deformações políticas que explicam inteiramente a deformação do “comportamento político”. Esse tipo de deformação somente pode ser explicado quando o fascismo é localizado em sua função política determinada de contenção das linhas de fuga. As características subjetivas expressam, simultaneamente, as deformações objetivas do capitalismo e funcionam como insumos delirantes para que o fascismo mobilize o ressentimento recalcado. O objetivo é sempre operar o deslocamento da *causa substancial* para uma *causa deslocada*. É por isso que não é possível pensar o fascismo sem o agenciamento da distorção ideológica que opera o deslocamento. Poderíamos dizer que o delírio subjetivo é o que permite que o sujeito privado – de substância e de vínculos realmente importantes – possa viver a “normalidade” da vida de maneira realista. Ao contrário do que se pensa, o fascismo é absolutamente realista, e é seu realismo que permite que o sujeito isolado possa suportar o absurdo da vida vazia do capitalismo como sistema universal:

Também seria falso, entretanto – como acontece frequentemente –, conceber como psicóticos, loucos, aqueles que tendem psicologicamente a sistemas totalitários. Em vez disso, segundo a perspectiva de Ernest Simmel, o sistema delirante [*Wahnsystem*] coletivo, a que eles se devotam e para cuja fenomenologia Koestler muito contribui, evidentemente protege os indivíduos da psicose explícita – o delírio encapsulado lhes permite comportar-se em outras regiões de forma um tanto “mais realista”. Neles, o momento patológico se esconde nesse próprio realismo, em uma espécie de frieza e ausência de afeto, que os poupa do conflito neurótico. A neurose neles está, por assim dizer, pré-decida. Igualaram-se sem resto ao mundo; se eles, como diz Koestler, são incapazes de aprender pela experiência, então é porque se tornaram tão reificados que não podem mais propriamente fazer experiências. O chefe de polícia, no qual a monstruosidade totalitária se apresenta de forma mais consequente, é seguramente tudo, menos neurótico (ADORNO, 2015, pp. 197-198, grifos do original).

É muito interessante pensar que “o delírio encapsulado” permite que os indivíduos possam agir de maneira “mais realista”, e os protege da “psicose explícita”. Essa ambiguidade subjetiva – combinação do “delírio encapsulado” e do realismo – é o marcador social objetivo da organização do fascismo. É justamente nesse campo encapsulado que a política do ódio, culpa e responsabilidade são mobilizadas pela organização política do fascismo. No entanto, a dimensão

fundamental do sistema capitalista – propriedade privada e dinâmica autorreferente de acumulação – não é identificada como objeto da contestação política. Moishe Postone elabora uma leitura original desse problema, traduzindo o fascismo – e o nazismo como sua variação particular – como uma forma de revolta anticapitalista limitada, pois identifica sua dimensão concreta como opositora à abstração do dinheiro. No caso do nazismo, os judeus foram corporificados como a origem do mal, ou seja, representantes da dimensão abstrata do dinheiro. Trata-se de uma biologização da abstração:

De acordo com esta interpretação, os judeus foram identificados não apenas com o dinheiro, com a esfera da circulação, mas com o próprio capitalismo. Todavia, em virtude da sua forma fetichizada, o capitalismo não parecia incluir a indústria e a tecnologia. O capitalismo aparecia apenas como a sua dimensão abstrata manifestada que, por sua vez, era responsável pelas vastas mudanças sociais e culturais concretas associadas ao rápido desenvolvimento do capitalismo industrial moderno. Os judeus não eram encarados meramente como *representantes* do capital (situação em que os ataques antisemitas teriam sido muito mais específicos em termos de classe). Eles se tornaram *personificações* do domínio inatingível, destrutivo, imensamente poderoso e internacional do capital como forma social alienada. Certas formas de descontentamento anticapitalista foram direcionadas contra a dimensão abstrata manifesta do capital personificada na forma dos judeus, não em virtude de os judeus serem conscientemente identificados com a dimensão do valor, mas porque, dada a antinomia entre as dimensões abstratas e concretas, era dessa maneira que o capitalismo aparecia. A revolta “anticapitalista” foi, conseqüentemente, também uma revolta contra os judeus. A superação do capitalismo e dos seus efeitos sociais negativos foi associada à superação dos judeus (POSTONE, 2021, pp. 45-46, grifos do autor).

Fica patente que o fascismo é uma forma de revolta contra o sistema dominante. A questão fundamental é que a revolta “anticapitalista” é sempre limitada, ou melhor, ela vampiriza o “desejo popular autêntico” e “coloniza a revolta”, intentando deslocar o problema decisivo através de um poderoso mecanismo de distorção política e ideológica. No lugar da identificação do capitalismo, a distorção opera o deslocamento da causa, que não está propriamente no sistema, mas em um tipo de sujeito particular. O que temos é a desidentificação da revolta “anticapitalista” dos “efeitos sociais negativos” para efeitos distorcidos, manipulados. O antisemitismo não é uma característica própria do ódio aos judeus. É a conjuntura que define o objeto político da distorção. Nesse caso, o mais importante é que a operação política faça com que o fascismo interdite as linhas de fuga. O inimigo não pode sempre estar ausente, mas ele aparece em função da conjuntura política específica:

Só a cegueira do antisemitismo, sua falta de objetivo, confere uma certa verdade à explicação de que ele seria uma válvula de escape. A cólera é descarregada sobre os desamparados que chamam a atenção. E como as vítimas são intercambiáveis segundo a conjuntura: vagabundos, judeus, protestantes, católicos, cada uma delas pode tomar o lugar do assassino, na mesma volúpia cega do homicídio, tão

logo se converta na norma e se sinta poderosa enquanto tal. Não existe um genuíno antissemitismo e, certamente, não há nenhum antissemita nato (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 142).

A lição que podemos tirar daqui é que o “antissemitismo” é polissêmico, ou seja, ele não tem uma ontologia negativa determinada, mas sua variação é histórica e obedece a uma determinada conjuntura política. A “cegueira do antissemitismo” está no fato de que “vítimas” e “algozes” são intercambiáveis, e o que define cada funcionalidade é a marcação do poder dominante estabelecido. A loucura política do fascismo é que a identificação de um sujeito capaz de encarnar à falsa projeção dos problemas é circular e indefinida. Não se trata de uma brutal mobilização do desejo? O desejo do reprimido é mobilizado – através de uma distorção primordial – para que sua energia psíquica e libidinal seja realizada de maneira negativa, ou seja, no lugar da imaginação do futuro, temos o *horizonte de expectativas* reduzido à denegação. Na paisagem política de névoa, o presente de desespero é prioritário diante das possibilidades de outro futuro.

O teorema político decisivo é que a produção da ação política – que Badiou chama de “acontecimento” ou “evento” – é a ideia de *expectativa do futuro*. O fascismo que experimentamos hoje precisa ser designado como “fascismo democrático”, pois ele é “intrínseco às práticas parlamentares da ‘democracia’ capitalista moderna” (BADIOU, 2020, p. 21). Nesse sentido, o fascismo democrático interdita as linhas de fuga e oblitera as expectativas do futuro. O universo social de névoa é a própria redução/encurtamento do horizonte de subjetividade política. Podemos dizer que a repressão é um recurso que pode ser mobilizado pelo exercício da *política* como *polícia*. A repressão duradoura, no entanto, é aquela que limita a imaginação política à imaginação fascista do mundo. O paradoxo é que o fascismo não aparece mais como uma alternativa do desejo contra o sistema dominante – mesmo que em nível aparente –, mas ele é uma variação por dentro do sistema dominante. Logo, o ressentimento que é mobilizado como insumo político, em vez de permitir um gozo para fora do capitalismo, aprisiona o próprio gozo ao universo “democrático”.

A força política do “fascismo democrático” está justamente na tentativa de operar a redução do antagonismo decisivo inscrito no metabolismo social do capitalismo à mera polarização política. O antagonismo decisivo não “pode ser representado na forma da *negociação da premissa compartilhada*” (ŽIŽEK, 2012, p. 28, grifos do original), pois não há espaço político simbolizável em que o antagonismo possa coexistir. O impasse do curto-circuito está no fato de que o “fascismo democrático” opera a despolitização do conflito primordial, trazendo para dentro do universo democrático o espaço do conflito. Enquanto as lutas de classe podem significar uma luta entre mundos e formas de vida alternativas, a zona de compromisso compartilhado aprisiona o conflito

à repetição do capitalismo. O antagonismo é sempre diferente da polarização. Não é uma questão apenas de léxico político, mas da inscrição (e resolução) dos problemas fundamentais:

Longe de serem “extremadas demais”, essas tentativas, ao contrário, não são suficientemente extremadas: elas pressupõem como seu lugar de enunciação um terceiro ambiente, neutro, no qual os dois pólos coexistem; ou seja, recuam ante as consequências do fato de que não existe ponto de convergência, não existe nenhum campo neutro compartilhado pelas duas posições antagônicas, sexuais ou de classe (ŽIŽEK, 1996, p. 28).

No conflito político traduzido como antagonismo social, “não existe ponto de convergência”, mas o conflito é necessariamente explosivo. O “fascismo democrático” traduz toda a polarização política (despolitizada) com uma linguagem que perfila “nós” e “eles”, ou mobiliza a linguagem teológica entre o “bem” e o “mal” etc. A estratégia, longe de afirmar o fascismo como um sistema delirante e irracional, permite que possamos pensá-lo como uma modalidade política que tem como objetivo distorcer a realidade, deslocando a causa primordial para uma causa deslocada. A colonização do desejo permite que o ressentimento como fúria política seja corporificada para algum tipo de sujeito particular, destotalizando o próprio significado do capitalismo como sistema dominante e suas consequências. O “fascismo democrático” é propriamente o poder *policial* do capitalismo na interdição das linhas de fuga (e do gozo) para fora do capitalismo.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Aspectos do radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BADIOU, Alain. **Trump**. Lisboa: VS, Vasco Santos Editor, 2020.
- DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta : e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2019.
- GUATTARI, Felix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.
- JAPPE, Anselm. **A sociedade autofágica: capitalismo, desmensura e autodestruição**. São Paulo: Elefante, 2021.

POSTONE, Moişe. **Antissemitismo e nacional-socialismo**: escritos sobre a questão judaica. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Um dia, esta luta iria ocorrer**. Série Pandemia. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. **Elogio da Intolerância**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj. **O ano que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.